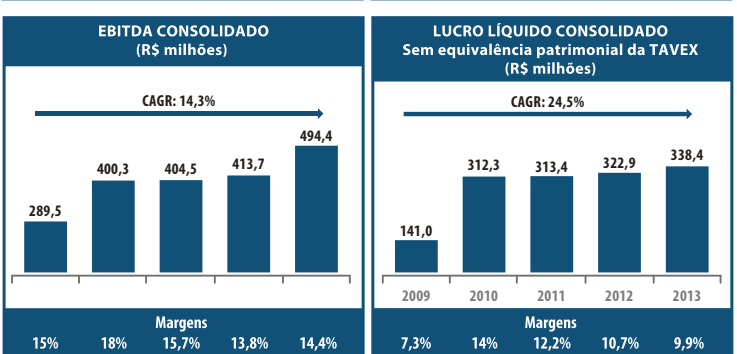
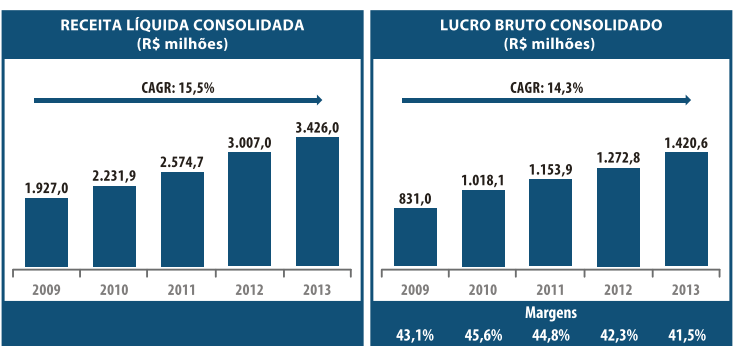


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Prezados acionistas,

Em 2013, o crescimento da receita, o rígido controle das despesas e a eficiente gestão cambial foram fatores que elevaram o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) da Alpargatas para a cifra de quase meio bilhão de reais. A empresa alcançou esse novo patamar de rentabilidade sem ter deixado de investir nos projetos estratégicos relacionados às suas marcas e produtos, à expansão da capacidade fabril, à ampliação do varejo, à construção de uma nova arquitetura de tecnologia da informação, à criação de um *sourcing* global e, principalmente, ao desenvolvimento das pessoas que trabalham na organização e das comunidades com as quais interage. Com os resultados alcançados no ano, a Alpargatas deu mais um passo importante no caminho que a levará a ser uma empresa global de marcas desejadas em calçados, vestuário e acessórios.

Criar e gerir marcas são competências dominadas pela companhia e que têm assegurado a evolução de seus negócios e de seus principais indicadores de desempenho em 15% na média dos últimos cinco anos.

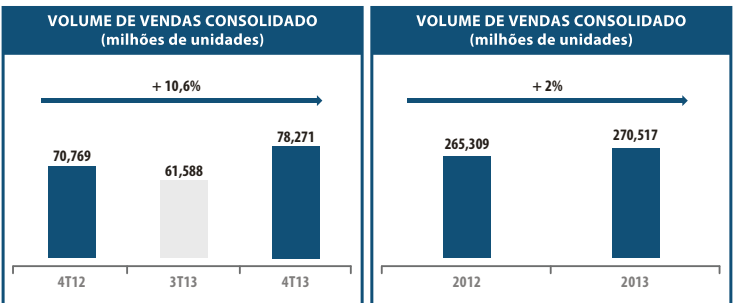


Em um período marcado por taxas de inflação, juros e câmbio mais altas, por manifestações populares que inibiram o consumo nas principais metrópoles brasileiras, e por incertezas na Argentina, a Alpargatas mostrou resistência e avançou em seus principais indicadores financeiros. Na comparação com 2012, a receita líquida evoluiu 13,9%, o lucro bruto, 11,6%, o EBITDA, 19,5%, e o lucro líquido, 10,7%. Mais uma vez a geração adicional de caixa, de R\$ 234,9 milhões, foi destaque no resultado.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

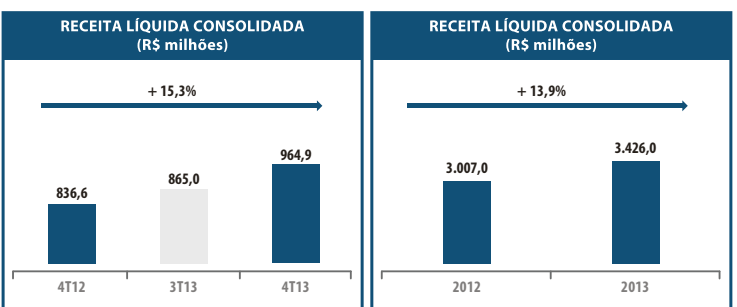
VOLUME DE VENDAS

Em 2013, foram comercializadas 270,517 milhões de unidades de calçados, vestuário e acessórios nos mercados interno e externo, quantidade 2% superior à de 2012, decorrente dos seguintes aumentos dos volumes de vendas: (a) 16,1%, em calçados esportivos no Brasil; (b) 7,6%, em calçados esportivos na Argentina; e (c) 10,4%, nos negócios internacionais de sandálias. No quarto trimestre de 2013 (4T13), o volume saltou 10,6% em relação ao quarto trimestre de 2012 (4T12), somando 78,271 milhões de unidades, devido, principalmente, ao incremento das vendas de sandálias no Brasil. O faturamento e expedição de Havaianas a partir da fábrica de Montes Claros em outubro marcou o fim da limitação de capacidade existente até o terceiro trimestre do ano.

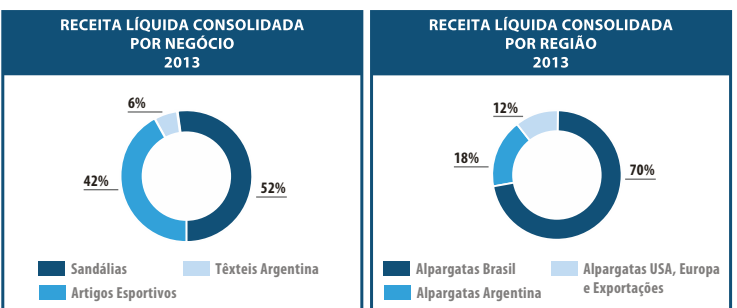


RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida alcançou R\$ 3.426,0 milhões em 2013, alta de 13,9% na comparação com 2012. Desse valor, R\$ 964,9 milhões foram contabilizados no 4T13, cifra 15,3% superior a do 4T12. O desempenho refletiu os aumentos registrados nas seguintes receitas: (a) 11,8%, nos negócios nacionais; (b) 15,2%, na Alpargatas Argentina (26% em pesos); e (c) 26,2%, nos negócios internacionais de sandálias (9% em dólar e 25% em euro).



Em um ano em que os brasileiros foram mais cautelosos em relação aos gastos com bens de consumo, e o varejo registrou menor ritmo de vendas, o crescimento do faturamento da Alpargatas se destaca. Além dos volumes de vendas maiores no Brasil e no exterior, e da eficiência na administração da política comercial e gestão das vendas, a empresa vendeu mais porque tem marcas que lideram/dominam seus mercados, têm ampla distribuição e oferecem aos consumidores produtos inovadores em *design* e tecnologia a preços compatíveis com todos os níveis de renda. A participação do negócio de Artigos Esportivos na receita consolidada subiu, impulsionada pela expansão das vendas no Brasil e na Argentina, e passou de 38%, em 2012, para 42%, em 2013. O mercado externo também apresentou maior representatividade na receita total devido à evolução dos negócios na Argentina e de sandálias no exterior.

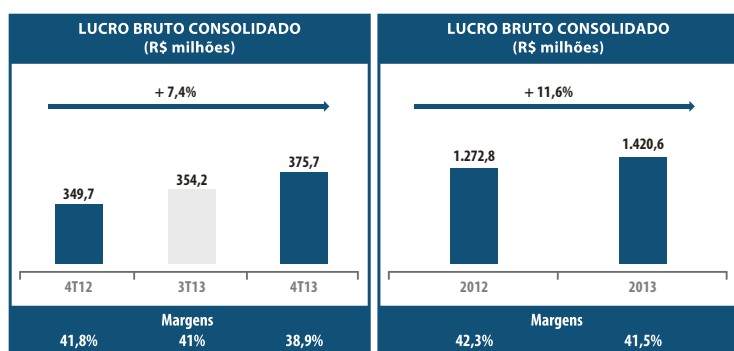


O varejo é uma importante via de crescimento de receita e rentabilidade para a Alpargatas. As lojas exclusivas proporcionam uma experiência única de marca aos consumidores porque apenas nesses espaços eles encontram toda a variedade de produtos. No encerramento de 2013, 583 unidades estavam em operação no Brasil e no exterior.

MARCA	Brasil	Exterior	Total
Havaianas	343	91	434
Timberland	17	-	17
Topper	-	13	13
Meggashop	22	-	22
Outlet Alpargatas	-	17	17
Osklen	73	7	80
Total Lojas	455	128	583

LUCRO E MARGEM BRUTA

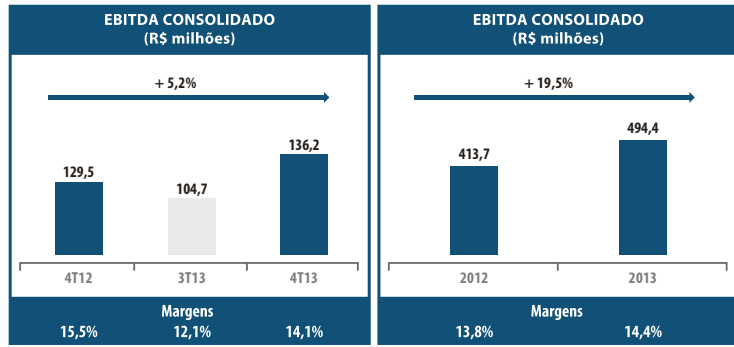
O lucro bruto somou R\$ 1.420,6 milhão em 2013, valor 11,6% maior que o de 2012 em decorrência dos aumentos ocorridos nos lucros dos negócios nacionais, principalmente no de artigos esportivos, e internacionais de sandálias. O lucro bruto do 4T13, de R\$ 375,7 milhões, saltou 7,4% na comparação com o do 4T12.



A margem bruta, de 41,5%, foi 0,8 ponto percentual inferior à de 2012. A do 4T13, de 38,9%, foi menor em 2,9 pontos percentuais em relação ao 4T12. Os principais fatores que explicam a variação da margem bruta são: (a) o impacto da variação cambial no custo dos produtos acabados importados para o Brasil; (b) a entrada em operação da fábrica de Montes Claros, que, durante a fase de construção de capacidade, dilui menos seus custos fixos; (c) o aumento dos custos provocado pela alta da inflação na Argentina, principalmente com mão de obra direta; (d) o incremento do custo do algodão em pesos argentinos; (e) a maior representatividade do negócio de Artigos Esportivos na receita; e (f) a queda ano a ano de 4% no custo médio da borracha em reais que foi importante para minimizar o impacto na margem bruta dos fatores mencionados.

EBITDA

Em 2013, a Alpargatas mudou o patamar de seu EBITDA, que alcançou quase meio bilhão de reais. O montante de R\$ 494,4 milhões gerado foi 19,5% maior que o de 2012. A margem, de 14,4%, cresceu 0,6 ponto percentual. Do EBITDA de 2013, R\$ 136,2 milhões foram gerados no 4T13, valor 5,2% superior ao do 4T12. A margem, de 14,1%, foi 1,4 ponto percentual menor.



Os fatores que explicam a variação anual do EBITDA são: (a) o crescimento do lucro bruto, alcançado pela alta dos lucros brutos das operações nacionais e do negócio internacional de sandálias; (b) o acréscimo das despesas operacionais estratégicas, necessário para suportar a expansão dos negócios no Brasil e no exterior; (c) o aumento do custo dos produtos acabados importados para o Brasil, devido à variação cambial; (d) a alta do custo do algodão na Argentina; e (e) o resultado positivo do hedge operacional.

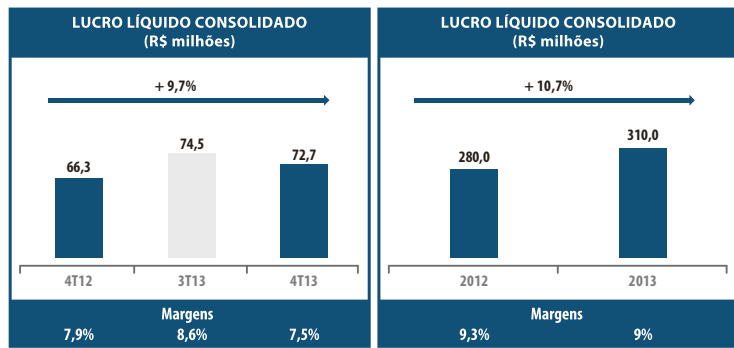
Para o cálculo do EBITDA ajustado, a companhia exclui o resultado operacional da equivalência patrimonial das empresas coligadas, as provisões não operacionais e os gastos com investimentos estratégicos não recorrentes, por serem itens cuja natureza não interfere na geração potencial de caixa de suas operações. A seguir está demonstrado o cálculo do EBITDA conforme Instrução CVM 527.

	4T12	4T13	2012	2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	66,3	72,7	280,0	310,0
(+) I.R. e contribuição social	10,5	6,3	19,3	37,7
(-) Depreciação financeiro	(2,0)	8,7	(8,1)	(22,0)
(+) Depreciação e amortização	16,1	18,1	60,7	66,5
(+) Resultado financeiro, impostos e depreciações da equivalência patrimonial de empresas coligadas	29,3	17,5	48,6	43,7
EBITDA CONFORME INSTRUÇÃO CVM 527	120,2	123,3	400,5	435,9
(+/-) Resultado operacional da equivalência patrimonial de empresas coligadas	3,8	0,8	(5,7)	(16,6)
(+) Provisões não-operacionais	4,7	4,6	15,2	17,4
(+) Outros itens não-recorrentes - investimentos estratégicos	0,8	5,4	3,7	12,8
(+) Hedge	-	2,1	-	44,9
EBITDA AJUSTADO	129,5	136,2	413,7	494,4

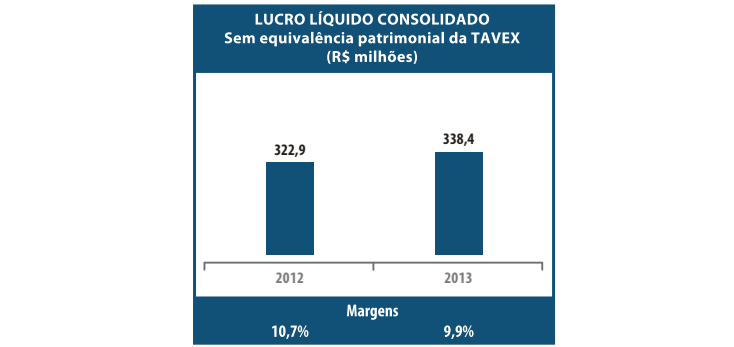
O EBITDA não deve ser considerado uma alternativa ao lucro líquido, na qualidade de indicador do desempenho operacional, ou seu fluxo de caixa, na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado, e, ao longo, na Alpargatas, pode não ser comparável ao de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça uma medida do fluxo de caixa, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional da empresa.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2013, a Alpargatas acumulou lucro líquido de R\$ 310,0 milhões, 10,7% mais que os R\$ 280,0 milhões gerados no ano anterior. A margem líquida, de 9%, ficou estável. No 4T13, o lucro líquido somou R\$ 72,7 milhões, montante 9,7% superior ao do 4T12, e a margem atingiu 7,5%. A maior geração de EBITDA foi o fator que mais contribuiu para o crescimento do lucro. Já os fatores que o reduziram foram: (a) o resultado financeiro que apresentou variação negativa de R\$ 31,0 milhões devido à redução das receitas financeiras, provocada pela menor rentabilidade do CDI, e ao aumento das despesas financeiras, em decorrência do maior volume de empréstimos; e (b) o imposto de renda que apresentou variação negativa de R\$ 18,5 milhões em razão da maior geração de lucro no período.



Excluindo-se o resultado da equivalência patrimonial da coligada Tavex, maior fabricante mundial de têxteis do lenço, da qual a Alpargatas possui 18,7% do capital, e portanto, não participa da administração direta, o lucro líquido acumulado R\$ 338,4 milhões, em 2013 e R\$ 322,9 milhões, em 2012.



Com a melhora da gestão de estoques em 14 dias, o CCC encerrou 2013 em 40 dias, redução de 11 dias em relação a 31/12/2012. As contas a receber de clientes e o prazo de pagamento aos fornecedores mantiveram-se estáveis na comparação ano a ano.

CAIXA

Em 31/12/2013, a Alpargatas apresentava saldo de caixa de R\$ 814,4 milhões, ante R\$ 616,9 milhões na mesma data do ano anterior. A geração operacional totalizou R\$ 234,9 milhões. O maior impacto positivo no caixa nos 12 meses deveu-se ao EBITDA, que acumulou R\$ 494,4 milhões. Os desajustes mais significativos foram: (a) R\$ 54,2 milhões em capital de giro para apoiar a evolução dos negócios; (b) R\$ 205,3 milhões em Capex, que inclui os investimentos na nova fábrica em Montes Claros; (c) R\$ 67,5 milhões com o pagamento inicial da aquisição de 30% do capital da Osklen; e (d) R\$ 109,7 milhões com a remuneração dos acionistas.

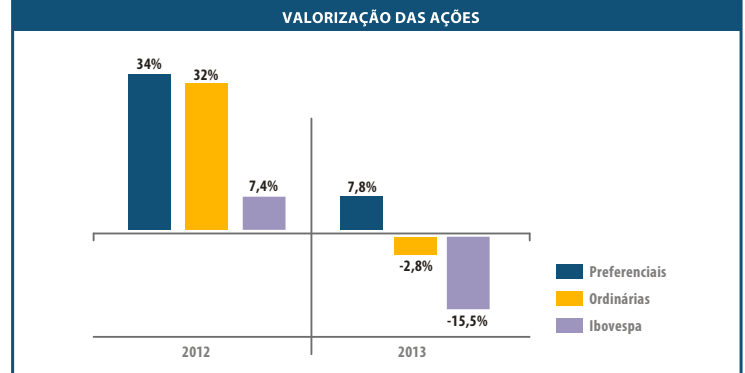
ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro consolidado da Alpargatas era de R\$ 556,8 milhões, sendo R\$ 387,2 milhões denominados em reais e R\$ 169,6 milhões em moeda estrangeira. A fábrica de sandálias em Montes Claros é um empreendimento estratégico relevante que suportará a expansão mundial das vendas de Havaianas. Em 2012, foram contratados para o projeto empréstimos e financiamentos com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o BNDES linha Finame, que somam R\$ 191,3 milhões. As taxas de juros são pré-fixadas em 2,5% ao ano, custo que otimiza a estrutura de capital da companhia. O prazo de pagamento é de dez anos, com carência de dois anos. Do total, R\$ 150,5 milhões foram liberados até dezembro de 2013 e entraram no caixa. O saldo de R\$ 40,8 milhões será liberado durante o primeiro trimestre de 2014. Em setembro de 2012 e agosto 2013 a companhia recebeu créditos de R\$ 30,0 milhões e R\$ 70,0 milhões, respectivamente, referentes à linha do BNDES

EXIM Pré-embarque, ao custo fixo de 8% ao ano. Os recursos têm o objetivo de financiar as exportações de sandálias e serão amortizados em seis parcelas, com vencimentos entre 2014 e 2015. Em fevereiro e em julho de 2013 a Alpargatas obteve créditos de R\$ 25,0 milhões e R\$ 10,0 milhões, respectivamente, referentes à Nota de Crédito à Exportação (NCE) do custo fixo médio de 7,5% ao ano. A linha de crédito é semelhante à operação de BNDES-EXIM Pré-embarque, e será amortizada em parcelas únicas nas datas de vencimento em 2016. Subtraindo-se o endividamento de R\$ 556,8 milhões, a posição financeira líquida da Alpargatas é de R\$ 257,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, reforçando a sua solidez financeira.

MERCADO DE CAPITAIS E REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

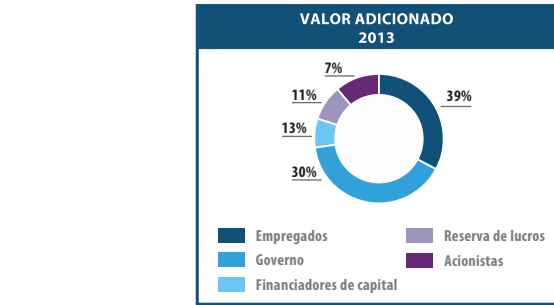
Em 2013, a Alpargatas aumentou 100 anos de capital aberto. Nos últimos dez anos, findos no exercício, as ações valorizaram 1.700%. Enquanto o Ibovespa subiu 130%, o que comprova a construção de forte credibilidade e transparência na comunicação com o mercado de capitais. As ações preferenciais (ALPA4) encerraram o ano cotadas a R\$ 14,80, valor 7,8% maior que o de 31 de dezembro de 2012. As ordinárias (ALPA3), ao preço de R\$ 12,99, valiam 2,8% menos, na mesma comparação. Em 2013, o índice Ibovespa registrou desvalorização de 15,5%.



A comunicação mais ativa com o mercado de capitais e a maior proximidade com investidores contribuíram para o bom desempenho dos papéis da Alpargatas na bolsa de valores em um ano de volatilidade no mercado acionário mundial. Em 31 de dezembro de 2013, o valor da empresa na BM&FBOVESPA era de R\$ 5,8 bilhões. O volume médio diário de negociação foi de R\$ 5,6 milhões, 2% maior que o de 2012. A Alpargatas incrementou a remuneração dos acionistas com pagamento recorde de juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos, mesmo com o impacto no lucro líquido causado pela equivalência patrimonial da coligada Tavex. Em 2013, foram pagos R\$ 85,1 milhões na forma de JCP e, em 25/04/2014, serão pagos dividendos complementares de R\$ 32,7 milhões, totalizando R\$ 117,8 milhões, referentes ao exercício. O valor representa 38% do lucro líquido acumulado no ano ou 71,6% do lucro líquido distribuível (sem a reserva para incentivos fiscais). Adicionalmente ao pagamento de JCP e dividendos, o Conselho de Administração autorizou a inclusão nas matérias a serem votadas na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas que se realizará em 23 de abril, do aumento do capital social da companhia mediante a utilização de R\$ 23,9 milhões provenientes da Reserva de Investimentos de 2008, com a emissão de 42.768.162 ações, sendo 21.964.414 ordinárias e 20.803.748 preferenciais. Caso a matéria seja aprovada, as ações serão distribuídas em bonificação aos acionistas de acordo com suas respectivas participações no capital da empresa. O Edital de Convocação da AGE conterá todas as informações necessárias para o entendimento do assunto.

VALOR ADICIONADO

Em 2013, a Alpargatas gerou um valor adicionado de R\$ 1,8 bilhão, distribuído da seguinte forma:



RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE

A Alpargatas investe continuamente na harmonização de três dimensões de seu negócio — econômica, social e ambiental, no conceito de sustentabilidade — por entender que essa é a maneira mais eficiente de crescer de forma sustentável e favorecer a inclusão social e a qualidade de vida das futuras gerações. Em 2013, os investimentos em capacitação, desenvolvimento e educação contribuíram para melhorar ainda mais o desempenho dos empregados. Foram ministradas 192 mil horas de treinamento na sede e nas fábricas. A Pesquisa de Clima 2013, conduzida pela consultoria internacional Hay Group, teve a participação de 93% dos 19,7 mil empregados da empresa. A pesquisa aconteceu tanto no Brasil como nos Estados Unidos, na Europa e na Argentina. Os pontos fortes destacados pelos participantes foram: (a) a construção da imagem de confiança entre clientes e fornecedores; (b) a disseminação dos valores e códigos de conduta; e (c) o desenvolvimento das comunidades onde a empresa atua. Em 2013, o Instituto Alpargatas (IA), braço de responsabilidade social da companhia, festejou uma década de vida. Suas iniciativas educacionais e esportivas beneficiaram mais de 580 mil estudantes, de 7 a 29 anos, que tiveram a oportunidade de evoluir em sua formação educacional graças aos programas Topper de Educação pelo Esporte e Educação pela Cultura. Foram 290 escolas atendidas pelo Instituto em dez cidades do Nordeste e, também, em Montes Claros (MG). Até o encerramento do exercício foram investidos mais de R\$ 20,0 milhões nas ações, que incluem reformas e construção de quadras poliesportivas e doações de material didático-pedagógico e esportivo. A Alpargatas opera com foco na prevenção de danos ambientais e à saúde, o que passa por melhorias contínuas em seus processos produtivos, de forma a intensificar a qualidade de vida dos empregados, das comunidades e das gerações futuras. Para fazer jus a esse entendimento, foram investidos R\$ 10,1 milhões durante o ano na adoção, continuidade e ampliação de iniciativas nas áreas de Segurança no Trabalho, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Alpargatas S.A. informa que, em 2013, contratou, além da auditoria das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e das suas empresas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os seguintes serviços da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.:
• Suporte na construção de ferramentas de gestão da cadeia de suprimentos e da malha logística relativos à nova fábrica de Montes Claros; e
• Assessoria fiscal aos expatriados da Alpargatas S.A.
Para esses serviços foram cobrados honorários no montante de, aproximadamente, R\$ 3,7 milhões em 2013. A prestação desses serviços não representaram conflitos de interesse, pois são permitidos pelo órgão regulador e, consequentemente, não afetaram a independência e a objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis do exercício de 2013 da Alpargatas S.A. e com o relatório de revisão dos auditores independentes.

PERSPECTIVA

A Alpargatas inicia 2014 preparada para entregar resultados ainda melhores que os obtidos em 2013, com fortes indicadores de receita, rentabilidade e de geração de valor sobre o patrimônio dos acionistas. Embarca a economia brasileira não deva apresentar grande dinamismo, a manutenção da renda e o baixo índice de desemprego são fatores que sustentarão o consumo. Nesse ambiente, ter marcas fortes e desejadas, cujos portfólios incluem produtos com preços que se encaixam em diferentes níveis de renda, é uma das vantagens da Alpargatas.
Para continuar a aumentar a rentabilidade, além dos incrementos de volume e receita, será mantido o foco em processos administrativos e fabris que trarão mais produtividade, e reforçado o controle de custos e despesas. A geração de caixa continuará a se destacar no desempenho da companhia. Todavia, um ponto de atenção será a volatilidade do real frente ao dólar. Por essa razão, a proteção contra as variações da taxa de câmbio deve prosseguir por meio da execução da política de hedge operacional. As operações da Alpargatas seguirão em ritmo de expansão nos mercados doméstico e internacional, buscando impulsionar a receita.
No Brasil, Havaianas seguirá investindo em inovação, comunicação, expansão do varejo e extensão da marca para a categoria vestuário. A nova fábrica em Montes Claros dará fim à restrição de capacidade e possibilitará o atendimento pleno da demanda com consequente aumento de participação de mercado. Em Artigos Esportivos, Topper terá seu nome fortalecido no futebol, mercado que apresentará boas oportunidades de expansão com a realização do maior evento da modalidade no País. Rainha terá ganho de escala com novos tecnologias, fortalecendo-se no mercado brasileiro de artigos esportivos casuais. Mizuno continuará a liderar o segmento running performance com novos tênis para corrida, e avançará no futebol, no vôlei e no handebol, de forma a expandir seu nome no mercado brasileiro de artigos esportivos. Timberland aumentará sua presença no segmento casual com maior oferta de produtos em todos os canais de venda.
No segundo trimestre de 2014 será concluída a aquisição de 30% da Osklen, quando, então, a Alpargatas decidirá sobre o exercício da opção de compra de mais 30%, totalizando a 60% da empresa. A partir daí, o desafio será continuar crescendo de forma sustentável sem prejudicar a essência da marca e a oferta de expansão internacional por meio da abertura de lojas.
Na Argentina, a perspectiva da continuidade da recuperação de resultados é positiva por causa do forte controle de custos e despesas, da sinergia de processos com o Brasil e à medida que Topper se fortalece e continua a dominar o mercado de artigos esportivos. A expansão de Mizuno também será um direcionador de crescimento no país. Todavia, a Administração da Alpargatas entende que a desvalorização do peso argentino frente ao dólar, ocorrida no início de 2014, gera incertezas no ambiente macroeconômico do país. O aumento esperado da inflação poderá afetar o poder aquisitivo da população, com reflexos nas vendas. Topper possui vantagens como liderança no mercado de artigos esportivos, forte conexão com o consumidor local, qualidade dos produtos e atrativa relação custo/benefício que, em períodos de maior volatilidade, protegem os resultados.
As vendas de Havaianas e Dupé fora do Brasil continuarão a se fortalecer posto que, cada vez mais, os consumidores estrangeiros desejam e compram Havaianas. Terá continuidade a abertura de novos mercados e lojas no exterior, de forma a acelerar as vendas.
Em 2014, e nos próximos anos, prosseguirá o projeto de construção de uma empresa inovadora, admirada e respeitada. Uma Alpargatas inspiradora de projetos que motivam e aumentam a qualidade de vida dos seus empregados, que respeita o meio ambiente e aplica os princípios da sustentabilidade em todas as suas atividades. Todos continuarão a trabalhar com atitude para fazer da Alpargatas uma empresa melhor, mais eficiente e vencedora.

São Paulo, 14 de março de 2014
Conselho de Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)							
		2013	2012	2013	2012			2013	2012	2013	2012						
CIRCULANTE																	
Caixa e equivalentes de caixa	8	90.446	82.533	134.682	122.830	CIRCULANTE											
Aplicações financeiras	8	635.467	458.833	679.718	494.078	Fornecedores	16	303.774	280.842	384.055	359.079						
Contas a receber de clientes	9	705.629	604.367	801.554	694.169	Empréstimos e financiamentos	17	111.609	69.601	275.311	188.406						
Estoques	10	265.234	248.323	467.528	443.938	Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	10.942	11.687						
Impostos a recuperar	11	37.146	33.968	58.184	54.461	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	18	84.038	73.836	127.176	109.466						
Despesas antecipadas		5.037	3.563	10.765	6.583	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	4.201	5.851	6.755	11.383						
Ganhos não realizados em operações com derivativos	35.c)	11.860	-	11.860	-	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	21	2.135	1.725	2.135	1.725						
Outros créditos		27.105	24.901	19.968	22.928	Obrigações tributárias	19	17.165	11.031	25.269	13.496						
Total do ativo circulante		1.777.924	1.456.488	2.184.259	1.838.987	Perdas não realizadas em operações com derivativos	35.c)	1.000	-	1.000	-						
NÃO CIRCULANTE																	
Depósitos judiciais	11	826	8.609	20.777	28.300	Contas a pagar para aquisição de participação societária	14	89.016	-	89.016	-						
Depósitos bancários	13	12.475	11.685	12.865	12.203	Provisões e outras obrigações	20	61.912	44.406	92.863	60.211						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	31.371	32.888	58.000	52.554	Total do passivo circulante		674.850	487.290	1.014.522	755.459						
Partes relacionadas	21	1.163	4.536	-	-	NÃO CIRCULANTE											
Outros créditos		34.960	34.717	38.622	36.843	Empréstimos e financiamentos	17	275.542	64.581	281.523	110.347						
Investimentos:						Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	50.731	60.773						
Empresas controladas e coligada	14	512.232	358.945	182.903	33.369	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	-	-	-	-						
Outros		195	195	195	195	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	19.302	18.985	30.514	25.768						
Imobilizado	15	502.535	362.923	624.264	494.369	Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	133.611	114.109	133.611	114.109						
Intangível	15	72.418	77.323	240.099	243.909	Parcelamento de tributos - Lei 11.941/09		766	874	766	874						
Total do ativo não circulante		1.168.175	891.821	1.177.725	901.742	Outras obrigações		7.577	6.846	15.866	12.501						
						Total do passivo não circulante		436.798	205.395	513.011	324.372						
TOTAL DO ATIVO		2.946.099	2.348.309	3.361.984	2.740.729	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24.a)	624.610	562.158	624.610	562.158						
						Capital social		162.086	163.183	162.086	163.183						
						Reservas de capital		6.486	4.673	6.486	4.673						
						Capital adicional integralizado		1.121.802	988.953	1.121.802	988.953						
						Reserva de lucros		(58.571)	(45.815)	(58.571)	(45.815)						
						Ajustes de avaliação patrimonial		(54.662)	(42.828)	(54.662)	(42.828)						
						Ações em tesouraria		32.700	25.300	32.700	25.300						
						Dividendo adicional proposto		1.834.451	1.655.624	1.834.451	1.655.624						
						Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		-	-	-	-						
						Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	-						
						Total do patrimônio líquido		1.834.451	1.655.624	1.834.451	1.660.898						
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.946.099	2.348.309	3.361.984	2.740.729						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
Receita operacional líquida	26	2.523.550	2.258.278	3.425.959	3.006.982
Custo dos produtos vendidos	27	(1.425.176)	(1.255.245)	(2.005.390)	(1.734.176)
LUCRO BRUTO		1.098.374	1.003.033	1.420.569	1.272.806
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	27	(593.929)	(542.146)	(823.259)	(745.952)
Despesas gerais e administrativas	27	(138.053)	(117.140)	(162.704)	(139.424)
Honorários dos administradores	21	(12.427)	(9.925)	(13.617)	(12.314)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(21.385)	(23.269)	(27.087)	(42.864)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(54.100)	(42.482)	(68.503)	(40.493)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(819.894)	(734.962)	(1.095.170)	(981.047)
Receitas financeiras	30	50.190	56.866	55.545	61.768
Despesas financeiras	30	(25.788)	(17.158)	(75.380)	(55.067)
Ganhos em operações com derivativos		84.732	-	84.732	-
Perdas em operações com derivativos		(39.795)	-	(39.795)	-
Variação cambial, líquida	31	(3.570)	-	(3.085)	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		344.249	311.366	347.416	299.853
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b)	(31.815)	(23.123)	(42.371)	(26.821)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.a)	(2.423)	(8.260)	4.718	7.504
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		310.011	279.983	309.763	280.536
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Acionistas controladores		310.011	279.983	310.011	279.983
Acionistas não controladores		-	-	(248)	553
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação ON - R\$	36	0,7017	0,6337	0,7017	0,6337
Diluído por ação ON - R\$	36	0,6937	0,6265	0,6937	0,6265
Básico por ação PN - R\$	36	0,7722	0,6974	0,7722	0,6974
Diluído por ação PN - R\$	36	0,7644	0,6903	0,7644	0,6903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		310.011	279.983	309.763	280.536
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
Ganhos/perdas na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	14	(5.551)	(10.857)	(5.385)	(10.916)
Resultado a realizar em operações de hedge		(2.666)	-	(2.666)	-
Imposto diferido s/ resultado a realizar em operações de hedge		906	-	906	-
		(7.311)	(10.857)	(7.145)	(10.916)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:					
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		302.700	269.126	302.618	269.620
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos:					
Acionistas controladores		302.700	269.126	302.700	269.126
Acionistas não controladores		-	-	(82)	494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

RECEITAS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Vendas de mercadorias e produtos		2.941.937	2.696.793	4.011.572	3.606.384
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	2.938.631	2.689.863	4.006.625	3.577.781
Outras receitas		46	(7.751)	(4.478)	(5.776)
RECEITAS ADQUIRIDAS DE TERCEIROS		3.260	9.681	9.425	34.309
Custo de mercadorias e produtos vendidos		(1.809.312)	(1.640.504)	(2.309.761)	(2.059.051)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(672.973)	(639.423)	(836.158)	(790.583)
Perdas/recuperação de valores ativos		(5.623)	(5.051)	(6.465)	(7.659)
Outros		(2.622)	(2.864)	(2.822)	(2.864)
RENTES		1.132.625	1.056.289	1.701.811	1.547.333
Depreciação e amortização	15	(47.338)	(42.148)	(66.652)	(60.198)
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		1.085.287	1.014.141	1.635.159	1.487.135
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		152.604	50.393	154.604	38.438
Resultado de equivalência patrimonial	14	(21.385)	(23.269)	(27.087)	(42.864)
Receitas financeiras		165.084	73.637	172.355	80.957
Outros		8.905	25	9.336	345
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		1.237.891	1.064.534	1.789.763	1.525.573
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Salários e encargos sociais		(425.993)	(364.011)	(698.707)	(610.981)
Impostos, taxas e contribuições		(324.607)	(327.663)	(548.473)	(499.604)
Despesas financeiras e aluguéis		(177.280)	(92.877)	(232.820)	(134.452)
Juros sobre o capital próprio	24.c)	(85.100)	(85.000)	(85.100)	(85.000)
Dividendos		(32.700)	(25.300)	(32.700)	(25.300)
Lucros retidos		(192.211)	(169.683)	(192.211)	(169.683)
Participação de não controladores nos lucros retidos		-	-	248	(553)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		310.011	279.983	309.763	280.536
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	15	47.338	42.148	66.652	60.198
Prejuízo na venda/baixa de bens do imobilizado		1.607	3.122	3.390	6.840
Provisão para perda no imobilizado - "impairment"		(499)	650	(499)	1.047
Resultado da equivalência patrimonial	14	21.385	23.269	27.087	42.864
Juros, variações monetárias e cambiais		(3.482)	8.619	25.741	29.025
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	6.638	9.095	12.018	8.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a)	2.423	8.260	(4.718)	(7.504)
Tributos com exigibilidade suspensa	23	11.347	21.362	11.347	21.362
Outorga de opções de compra de ações	28	2.587	2.033	2.587	2.033
Provisão para perdas nos estoques	10	5.429	4.949	7.160	5.439
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.c)	2.319	4.398	6.843	7.423
Ganhos não realizados em operações com derivativos		(13.526)	-	(13.526)	-
		393.577	407.888	453.845	457.812
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber de clientes	(103.581)	(175.309)	(125.758)	(198.631)	
Estoques	(22.340)	(55.072)	(46.297)	(101.911)	
Despesas antecipadas	(1.474)	2.730	(4.135)	4.946	
Impostos a recuperar	4.605	(20.201)	(242)	(32.004)	
Outros	935	(15.097)	2.714	5.338	
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores	22.934				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1.2. Mensuração do valor justo
 Substitui e consolida todas as orientações e os requerimentos relacionados à mensuração do valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhuma alteração nos procedimentos de avaliação de bens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A norma não teve impacto na apresentação, posição financeira ou performance da Companhia.

1.3. Instrumentos financeiros
 Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando os tomarem aplicáveis.

1.3.1. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.3.2. Instrumentos financeiros
 Reflete as alterações nos critérios para a comparação de ativos e passivos financeiros. As revisões serão aplicadas em exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.3.3. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.3.4. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.4. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.5. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.6. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

	2013	2012	2013	2012
Produtos acabados	134.299	163.931	276.521	303.476
Produtos em processo	17.478	12.272	32.384	30.413
Matérias-primas	56.821	45.263	95.942	80.090
Imporções em andamento	50.662	24.536	50.662	24.536
Outros	10.542	11.376	24.952	20.598
Total - controladora	(4.568)	(9.055)	(12.933)	(15.235)
Total	265.234	248.323	467.528	443.938

	2013	2012	2013	2012
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(9.055)	(15.235)	(9.055)	(15.235)
Adições	(5.429)	(7.359)	(5.429)	(7.359)
Reversões	9.816	199	9.816	199
Baixas/Variação cambial	9.816	9.462	9.816	9.462
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(4.568)	(12.933)	(4.568)	(12.933)

	2013	2012	2013	2012
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	5.110	17.486	5.110	17.486
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	904	1.001	1.444	1.444
Outros	1.291	2.186	1.765	1.765
Programa de Provisão Industrial - IPI	81	50	81	50
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	10.526	7.473	11.267	8.327
Provisão IRLS sobre diferença vida útil do imobilizado (depreciação)	12.558	6.611	12.558	7.185
Reintegração de impostos - Brasil Maré	-	-	1.646	3.360
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alargatas Europa	-	-	28.075	23.401
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Alargatas S.A.I.C. - Argentina	-	-	2.166	6.880
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - Argentina	-	-	1.298	9.399
Outras diferenças temporárias	7.602	7.740	12.098	9.399
Total	37.972	42.577	78.961	82.761

	2013	2012	2013	2012
Parcela do circulante	37.146	33.968	58.184	54.761
Parcela não circulante	826	8.609	20.777	28.300

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	6.571	6.536	6.571
Provisão para perdas nos estoques	1.469	3.079	1.469	3.079
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	20.853	7.239	7.172	7.172
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	31.878	26.647	31.878	26.647
Baixa do ativo diferido	8	7	8	7
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	2.240	3.721	2.240
Outras diferenças temporárias	49.913	3.075	49.913	3.075
Total - controladora	110.688	103.012	110.688	103.012

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	6.571	6.536	6.571
Provisão para perdas nos estoques	1.469	3.079	1.469	3.079
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	20.853	7.239	7.172	7.172
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	31.878	26.647	31.878	26.647
Baixa do ativo diferido	8	7	8	7
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	2.240	3.721	2.240
Outras diferenças temporárias	49.913	3.075	49.913	3.075
Total - controladora	110.688	103.012	110.688	103.012

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(15)	6.536	(15)
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.528)	1.469	(1.528)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	7.239	(3.311)	7.172	(3.311)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	(5.231)	31.878	(5.231)
Baixa do ativo diferido	7	(62)	8	(62)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	(5.95)	3.721	(5.95)
Outras diferenças temporárias	3.594	(3.131)	49.913	(3.131)
Total - controladora	49.913	6.866	49.913	6.866

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(15)	6.536	(15)
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.528)	1.469	(1.528)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	7.239	(3.311)	7.172	(3.311)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	(5.231)	31.878	(5.231)
Baixa do ativo diferido	7	(62)	8	(62)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	(5.95)	3.721	(5.95)
Outras diferenças temporárias	3.594	(3.131)	49.913	(3.131)
Total - controladora	49.913	6.866	49.913	6.866

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.571	(15)	6.536	(15)
Provisão para perdas nos estoques	3.079	(1.528)	1.469	(1.528)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	7.239	(3.311)	7.172	(3.311)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	26.647	(5.231)	31.878	(5.231)
Baixa do ativo diferido	7	(62)	8	(62)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	2.240	(5.95)	3.721	(5.95)
Outras diferenças temporárias	3.594	(3.131)	49.913	(3.131)
Total - controladora	49.913	6.866	49.913	6.866

1.7. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.8. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

1.9. Instrumentos financeiros
 Reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e sua aplicação à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros. Nas fases subsequentes, o IASB está avaliando questões como a contratação de hedge e provisão para perdas de ativos financeiros. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas a sua vigência foi postergada para 1º de janeiro de 2015. A Companhia quantificou os impactos nas demonstrações financeiras conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que o novo consolidado final for emitido.

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012	2013	2012
Ativo				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.536	935	6.571	935
Provisão para perdas nos estoques	1.469	1.610	3.079	1.610
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	8.050	(938)	7.172	(938)
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	20.853	5.294	26.647	5.294
Baixa do ativo diferido	601	(531)	7	(7)
Ajuste de reconhecimento de receita de vendas	3.721	(1.481)	2.240	(1.481)
Outras diferenças temporárias	49.913	(2.274)	49.913	(2.274)
Total - controladora	46.338	3.075	49.913	3.075

	2013	2012
--	------	------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Informações adicionais sobre o imobilizado
(i) Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Administração da Companhia e de suas controladas não alterou a vida útil econômica remanescente do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido à ausência de alterações significativas nas condições de utilização dos bens do ativo imobilizado.

(ii) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuem bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme detalhado a seguir.

Máquinas e equipamentos.....	R\$	83
Total.....	R\$	83

(iii) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Companhia e suas controladas avaliaram inicialmente a recuperação do valor do ativo imobilizado para o encerramento do exercício de 2008, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para suas UGCs. Exceto para a avaliação feita para o encerramento do exercício de 2009, conforme detalhes a seguir, para os demais exercícios, incluindo 2013, o Grupo através da análise de fatores internos e externos às operações das Empresas não identificou indicativos de risco de realização; logo, nenhuma provisão foi registrada.

Para o exercício de 2009, a controlada Alpargatas S.A.I.C. - Argentina registrou provisão para perdas dos ativos relacionados à operação têxtil, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 12.645.

b) Intangível

	Controladora					
	2013		2012		2011	
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	10	17.849	(17.652)	197	17.849	(17.652)
Sistemas de gestão empresarial (iv).....	5-10	127.213	(76.001)	51.212	124.479	(60.505)
Carteira de clientes (i).....	20	27.311	(26.370)	941	27.311	(20.729)
Sem vida útil definida:						
Projetos em andamento.....	-	16.005	-	16.005	2.505	-
Cessão de direitos comerciais (iii).....	-	4.063	-	4.063	4.063	-
Total.....		192.441	(120.023)	72.418	176.207	(98.884)

	Consolidado					
	2013		2012		2011	
	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada
Com vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	10	24.791	(17.652)	7.139	25.069	(17.652)
Sistemas de gestão empresarial (iv).....	5-10	131.633	(79.426)	52.207	129.889	(65.086)
Cessão de direitos comerciais.....	-	3.211	(1.409)	1.802	3.424	(1.194)
Carteira de clientes (i).....	20	33.417	(28.813)	4.604	31.571	(20.729)
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	-	919	-	919	919	-
Ágio na aquisição de controladas (ii).....	-	150.130	-	150.130	150.130	-
Projetos em andamento.....	-	16.005	-	16.005	2.505	-
Cessão de direitos comerciais (iii).....	-	7.293	-	7.293	4.063	-
Total.....		367.399	(127.300)	240.099	347.570	(103.661)

(i) Refere-se aos valores pagos na aquisição das Carteiras de clientes de ex-representantes comerciais da Companhia (que comercializavam substancialmente sandálias "Havaianas") em determinados países da Europa, para os quais a Companhia passou a atuar através de suas controladas indiretas localizadas na Europa. Os custos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo do fluxo de caixa futuro estimado pela Administração da Companhia, de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados, conforme projeções econômicas efetuadas pela Administração da Companhia, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

(ii) Vide composição na nota explicativa nº 14. Considerando as alterações contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado, passando a ter sua realização testada anualmente por "impairment". Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio na incorporação da ex-controlada Atlântico Participações S.A., demonstrado na nota explicativa nº 14, passou a ser aproveitado nas apurações mensais de imposto de renda e contribuição social com base no RTI, conforme disposições previstas na Lei nº 11.941/09, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 12.a).

(iii) Refere-se a substituição dos valores pagos na aquisição de direitos de uso dos pontos comerciais onde se localizam determinadas lojas "Timberland" e "Cept Havaianas". Por tratar-se de ativos intangíveis, comercializáveis, eles não são amortizados, sendo submetidos a teste anual quanto à sua recuperação por "impairment".

(iv) Refere-se aos gastos incorridos na aquisição, no desenvolvimento e na implementação de sistemas de gestão empresarial que estão sendo utilizados pela Companhia e por suas controladas. São representados substancialmente pelos sistemas SAP/R3, WMS e LINUX e pelos custos incorridos no projeto de gestão da cadeia de valor. Os gastos estão sendo amortizados linearmente de acordo com o prazo de vida útil estimado pela Administração da Companhia, sendo de dez anos para o sistema de gestão SAP/R3 e de cinco anos para os demais sistemas. Em 31 de dezembro de 2013, devido a indicativos de que a Companhia obterá os benefícios futuros esperados por esse sistema, nenhuma provisão para desvalorização por "impairment" foi constituída sobre esses saldos.

A despesa de amortização do intangível consolidado, estimada para os próximos exercícios, está assim representada:

2014.....	19.219
2015.....	16.788
2016.....	13.210
2017 em diante.....	16.535
Total.....	65.572

Informações adicionais sobre o intangível

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

	Consolidado	
	2013	2012
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos.....	19.207	19.205

(ii) Teste de redução ao valor recuperável do ágio
 A Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2013 a recuperação do valor dos ágios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as UGCs. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pelo Conselho de Administração. O teste de recuperação do ativo da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas por redução do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o quinquênio a uma taxa média de desconto após impostos. Os fluxos de caixa, para além do quinquênio, foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento anual fixa, a qual não excede o crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e/ou de mercado, esperado. A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre os quais os valores recuperáveis foram baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o valor recuperável. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso das UGCs foram as seguintes: (1) crescimento da globalização com foco na expansão geográfica; (2) expansão operacional; e (3) lançamento de produtos com maior valor agregado. A expansão geográfica está nos mercados interno e global, com potencial de crescimento ainda pouco explorado. A margem bruta projetada reflete o crescimento de vendas, expansão da linha "Brand Extension", franquias, produtos com maior valor agregado e melhorias na eficiência operacional.

A metodologia aplicada para determinar o valor da UGC é o fluxo de caixa descontado ("discounted cash flow"), que consiste na determinação dos fluxos de caixa livres em um período, em virtude:

- Do resultado operacional.
- Do retorno do resultado operacional da depreciação/amortização sobre o ativo imobilizado/intangível, considerando o exercício.
- Da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em virtude do ciclo financeiro da Companhia.

(iii) Os saldos dos fluxos de caixa por exercício são calculados a valor presente, descontados através da aplicação de uma taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio, utilizados pela Companhia para financiar suas operações. O custo do capital próprio da Companhia foi calculado pelo método "Capital Asset Pricing Model - CAPM".

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 para as UGCs são conforme segue:

UGC - Brasil	Resultado operacional R\$ (milhões) (1)	Perpetuidade (2)	Taxa de desconto WACC (3)
UGC - Argentina	73,7	3,5%	15,9%

1. Resultado operacional, médio do período de cinco anos.

2. Taxa de crescimento calculada antes dos impostos.

3. Taxa de desconto calculada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desempenho futuro do mercado. As taxas de crescimento médias da Administração estimou o resultado operacional arcado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desempenho futuro do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem os riscos específicos em relação aos segmentos operacionais em que cada UGC está inserido.

c) Movimentação

	Controladora					
	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment
Imobilizado						
Terrenos.....	9.650	-	-	-	-	-
Edifícios e construções.....	63.208	-	128.938	(4.263)	(41)	235
Máquinas e equipamentos.....	134.738	-	92.458	(15.278)	(1.443)	209
Móveis e utensílios.....	16.074	-	8.110	(2.747)	(34)	10
Veículos.....	1.074	-	3.860	(270)	(89)	95
Benefetórias em imóveis de terceiros.....	14.414	-	5.597	(3.641)	-	16.370
Projetos em andamento.....	174.866	167.784	(241.359)	-	-	101.291
Outros imobilizados.....	545	-	-	-	-	135
Provisão para perdas ("impairment").....	(1.099)	-	-	-	499	(600)
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno.....	(847)	-	-	-	-	847
Total.....	362.923	167.784	(2.396)	(26.199)	(1.607)	499

	Controladora					
	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment
Intangível						
Sistema de gestão empresarial.....	63.976	-	2.734	(15.498)	-	-
Carteira de clientes.....	6.582	-	(5.641)	-	-	941
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	197	-	-	-	-	197
Projetos em andamento.....	2.505	13.838	(338)	-	-	16.005
Cessão de direitos comerciais.....	4.063	-	-	-	-	4.063
Total.....	77.223	13.838	2.396	(21.139)	-	72.418
Total.....	440.246	181.622	-	(47.338)	(1.607)	499

	Consolidado					
	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment
Imobilizado						
Terrenos.....	129.539	-	-	-	(24)	-
Edifícios e construções.....	149.303	4.700	131.044	(8.195)	(1.029)	(113)
Máquinas e equipamentos.....	134.493	7.804	96.384	(22.883)	(1.455)	(56)
Móveis e utensílios.....	21.900	5.104	8.115	(5.682)	(195)	(46)
Veículos.....	1.352	247	3.860	(343)	(104)	-
Benefetória em imóveis de terceiros.....	16.257	2.327	6.161	(4.328)	(19)	82
Projetos em andamento (iii).....	188.421	168.966	(247.943)	-	-	(222)
Outros imobilizados.....	4.384	-	-	-	(564)	-
Provisão para perdas ("impairment").....	(15.433)	-	-	-	-	936
Parcela de subvenção governamental a apropriar de terreno.....	(847)	-	-	-	-	847
Total.....	494.369	189.148	(2.379)	(41.431)	(3.390)	499

	Consolidado					
	2012	Adições	Transferências (i)	Depreciações	Baixas	Impairment
Intangível						
Sistema de gestão empresarial.....	7.417	-	-	(1.586)	-	-
Carteira de clientes.....	64.803	724	2.777	(16.232)	-	-
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	197	-	-	-	-	135
Sistemas de gestão empresarial.....	64.803	724	2.777	(16.232)	-	-
Cessão de direitos comerciais.....	3.230	1.609	(60)	(644)	-	897
Carteira de clientes.....	10.842	-	-	(6.759)	-	521
Sem vida útil definida:						
Marcas, direitos e patentes.....	919	-	-	-	-	919
Ágio na aquisição de controladas.....	150.130	-	-	-	-	150.130
Projetos em andamento.....	2.505	13.838	(338)	-	-	16.005
Cessão de direitos comerciais.....	4.063	-	-	-	-	4.063
Total.....	243.909	16.171	2.379	(25.221)	-	2.861
Total.....	738.278	205.319	-	(66.552)	(3.390)	499

(i) Transferências correspondem às movimentações dos ativos entre a rubrica "Projetos em andamento" para as respectivas contas definitivas do grupo "Imobilizado e Intangível", quando do encerramento dos projetos.

(ii) Variação cambial decorrente da conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior e outros valores incorporados ao ativo imobilizado que são: R\$ 847 referente doação do terreno da nova fábrica de Montes Claros - MG, anteriormente classificado como subvenção governamental; e R\$ 135 referentes a imóveis recebidos em ações judiciais contra clientes.

(iii) Os saldos registrados na rubrica "Projetos em andamento" referem-se aos projetos: (1) de construção da nova fábrica de sandálias na cidade de Montes Claros - MG, com investimento de R\$ 72.888; (2) investimentos em infra-estrutura e TI, com investimento de R\$ 14.450; (3) diversas melhorias e expansões do processo fiscal, com investimento de aproximadamente R\$ 24.264; (4) Internacionalização de Havaianas R\$ 1.388 e (5) Demais projetos R\$ 11.156.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Nacionais.....	183.590	181.043	197.894	198.220
Estrangeiros.....	120.184	99.797	186.161	160.859
Total.....	303.774	280.840	384.055	359.079

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Indexador e taxa anual de juros	Controladora		Consolidado	
			2013	2012	2013	2012
Denominados em reais:						
FNE (BNB).....	(a)	3,66%	144.571	43.361	144.571	43.361
Finame.....		3,08%	41.482	6.898	41.564	6.898
Finem (BNDES).....	(b)	Cesta de moeda e TJLP + 7,02%	-	3.775	-	3.775
Exim (BNDES).....	(c)	8,00%	100.934	30.498	100.934	30.498
NCE (Exim - Compulsório).....	(d)	7,46%	35.339	-	35.339	-
Cessão de crédito de recebíveis.....	(e)	10,75%	64.825	49.650	64.825	49.650
Total em reais.....			387.151	134.182	387.233	134.182
Denominados em moeda estrangeira:						
"Working capital" - Alpargatas EUA.....	(f)	US\$ 1,10%	-	-	52.052	73.532
"Working capital" - Alpargatas Europa.....	(f)	€ 2,52%	-	-	-	7.241
"Working capital" - Alpargatas International APS.....	(f)	€ 1,71%	-	-	-	10.807
Arrendamentos mercantis financeiros - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.....		AR\$ 22,00%	-	-	62	79
"Working capital" - Alpargatas S.A.I.C. - Argentina.....	(g)	AR\$ 22,29%	-	-	117.487	72.912
Total em moeda estrangeira.....			-	-	169.601	164.571
Total geral.....			387.151	134.182	556.834	298.753

Passivo circulante..... 111.609

Passivo não circulante..... 275.542

(a) Em 23 de fevereiro de 2006, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no limite de R\$ 112.000, destinado a apoiar programas de investimentos na Região Nordeste. O financiamento está sendo amortizado mensalmente desde 2008, com previsão de liquidação em dez anos. Em 26 de dezembro de 2012 e 3 de maio de 2013, a Companhia assinou outros dois contratos de financiamento com o BNB no limite de R\$ 148.498 destinados a apoiar o investimento na fábrica de Montes Claros na região norte de Minas Gerais. As amortizações serão pagas mensalmente durante o ano no período de janeiro de 2015 a maio de 2023. As liberações das parcelas dos contratos foram vinculadas ao cronograma de desembolsos dos investimentos, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

(b) Em setembro de 2007, a Companhia assinou, com o Banco Estado de São Paulo, contrato de financiamento de R\$ 22.200 para suportar o projeto de implantação do sistema corporativo integrado de gestão. O financiamento está sendo amortizado em parcelas mensais desde novembro de 2008, com liquidação integral em outubro de 2013. A garantia está suportada por carta de fiança bancária.

(c) Em setembro de 2012 e agosto de 2013,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

e) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total dos administradores está assim composta:

	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável	Total	Saldo das opções	Preço médio de	
	(i)	(ii)	(quantidade)	exercício - R\$	(iii)
Conselhos de Administração e Fiscal.....	2.580	2.580	-	-	-
Diretores.....	6.042	4.995	11.037	4.163.122	5,80
	8.622	4.995	13.617	4.163.122	

	Remuneração			Outorga de opções	
	Variável	Total	Saldo das opções	Preço médio de	
	(i)	(ii)	(quantidade)	exercício - R\$	(iii)
Conselhos de Administração e Fiscal.....	2.803	2.803	-	-	-
Diretores.....	4.824	4.687	9.511	4.833.910	6,23
	7.627	4.687	12.314	4.833.910	

(i) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no exercício anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos diretores estatutários.

(ii) Refere-se ao saldo das opções maduras ("vested") e não maduras ("non-vested"), não exercidas, na data do balanço.

(iii) Refere-se ao preço médio ponderado da opção à época dos planos de outorga, atualizado monetariamente até a data do balanço.

Conforme detalhes descritos na nota explicativa nº 28 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecida uma despesa referente aos planos de outorga de opções de R\$ 2.587 (R\$ 2.033 em 31 de dezembro de 2012).

Em adição à remuneração dos administradores, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$ 420 (R\$ 377 em 31 de dezembro de 2012) em nome dos diretores estatutários.

A remuneração global anual para os administradores fixada para o exercício de 2013 na Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2013 foi de R\$ 13.441.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes de autuações por parte das autoridades fiscais, de reclamações de terceiros e ex-funcionários ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões, quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Reclamações trabalhistas.....	(a) 14.681	16.331	24.620	22.679
Processos tributários.....	(b) 9.279	9.328	12.745	14.766
Depósitos judiciais.....	(b) (4.179)	(4.179)	(4.179)	(4.179)
Processos cíveis.....	(b) 3.722	3.356	4.083	3.885
	23.503	24.836	37.269	37.151

Parcela do circulante..... 4.201 5.851 6.755 11.383

Parcela do não circulante..... 19.302 18.985 30.514 25.768

(a) Referem-se às ações movidas contra a Companhia e suas controladas por ex-funcionários e colaboradores, cujos pedidos são basicamente de pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade e solidária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas para cada processo avaliado como perda provável.

(b) Consiste basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 3.844. O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa.; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$ 5.100, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão em segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$ 4.179.

Movimentação

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	16.331	9.328	3.356	(4.179)
Complementos.....	6.304	95	372	-
Reversões.....	-	(133)	-	-
Pagamentos.....	(7.954)	(11)	(6)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	14.681	9.279	3.722	(4.179)

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2012.....	22.679	14.766	3.885	(4.179)
Complementos.....	11.742	95	372	-
Reversões.....	-	(191)	-	-
Pagamentos/Varição cambial.....	(9.801)	(1.925)	(174)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	24.620	12.745	4.083	(4.179)

	Controladora e Consolidado			
	2013	2012	2013	2012
Operações nacionais:				
Brasil.....	2.417.811	308.305	(47.761)	72.594
Operações internacionais:				
Argentina.....	603.863	28.980	(10.877)	(47.500)
Europa/Estados Unidos/Exportações.....	404.285	57.773	(8.014)	8
Grupo Tavex S.A.....	-	(27.087)	-	-
Participação dos acionistas não controladores.....	-	(248)	-	-
Consolidado.....	3.425.959	309.763	(66.652)	25.102

A política contábil de depreciação e amortização é a seguinte: 11,8% para equipamentos e 20% para outros bens materiais. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas para cada processo avaliado como perda provável.

(b) Consiste basicamente em: (i) auto de infração referente à COFINS do período de julho e setembro a dezembro de 1992 emitido contra a Companhia, em que se discute diferenças não tributadas, cujo montante atualizado para 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 3.844. O processo encontra-se aguardando decisão em última instância administrativa.; e (ii) discussão quanto à cobrança da diferença do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT, no montante total de R\$ 5.100, em que a Companhia discute a cobrança pela alíquota máxima da indústria. O processo encontra-se pendente de decisão em segunda instância na esfera judicial, com depósito judicial no valor de R\$ 4.179.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações de natureza tributária e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Tributárias:				
Auto de infração - IRRF (a).....	9.008	8.723	9.935	9.573
CSLL e IRPJ (b).....	49.243	53.090	40.003	38.424
Royalties (c).....	15.773	10.590	15.773	10.590
Outras.....	123.962	120.400	6.013	5.732
Cíveis (ações indenizatórias).....	6.013	5.732	6.013	5.732

(a) Auto de infração visando à cobrança de IRRF, compensado com créditos de IRPJ.

(b) Auto de infração relativos a não homologação de compensação de débitos tributários com créditos de IRPJ e CSLL.

(c) Autos de infração visando a cobrança de II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação sobre os valores remetidos ao exterior a títulos de royalties, no período de 2007 a 2010.

(d) Autos de infração relativos a não homologação de compensação de créditos de IPI na aquisição de insumos isentos da ex-controlada Locomotiva da Amazônia Indústria e Comércio de Têxteis Industriais Ltda., correspondentes ao período de julho de 2004 a junho de 2008.

Adicionalmente, em dezembro de 2005, foi movido processo cível contra a Companhia por uma empresa detentora de determinada marca esportiva, cujo objeto da causa se referia a perdas e danos por supostos descumprimentos no contrato de licenciamento, o qual foi distratado em anos anteriores. Em fevereiro de 2007, houve decisão favorável à Companhia determinando a extinção do processo. Em novembro de 2011, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo confirmou tal decisão, oportunizando no qual os assessores jurídicos da Companhia passaram a avaliar a ação com prognóstico de perda remota. Em junho de 2013, o STJ afastou a extinção do processo e determinou o retorno dos autos à primeira instância, para julgamento de seu mérito. A Companhia aguarda julgamento dos Embargos de Divergências opostos em setembro de 2013.

23. TRIBUTOS COM EXIGIBILIDADE SUSPensa

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
PIS/COFINS - Lei nº 9.718/98.....	32.323	31.226
Depósitos judiciais.....	(32.323)	(31.226)
	-	-
COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo.....	142.137	111.391
Depósitos judiciais.....	(11.809)	(10.942)
	130.328	100.449
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	-	10.498
Outros.....	3.283	3.162
Total.....	133.611	114.109

(a) COFINS - Lei nº 9.718/98
Em 8 de março de 1999, a Companhia obteve liminar na ação ordinária em que discute a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e da Emenda Constitucional nº 20, mais especificamente, o aumento da alíquota da COFINS em 1% e o alargamento da base de cálculo da COFINS e do PIS. Essa liminar assegurou o recolhimento dessas contribuições nos moldes da legislação vigente até janeiro de 1999.

A partir daquela data, os valores dessas contribuições apurados nos períodos em que o questionamento foram registrados no passivo como tributos com exigibilidade suspensa e passaram a ser mantidos atualizados monetariamente pela taxa SELIC, cujos efeitos de atualização monetária foram registrados na rubrica "Despesas financeiras" no resultado do exercício. De setembro de 2002 a janeiro de 2004, a Companhia dispôs em juízo o valor em discussão.

Em março de 2006, após decisão adversa proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF sobre o recurso extraordinário da ação referente ao aumento de alíquota da COFINS em 1%, a Companhia decidiu pelo pagamento do montante apurado nos períodos de: (i) março de 1999 a agosto de 2002; e (ii) fevereiro de 2004 a março de 2006, no montante total de R\$43.041. Tal decisão foi tomada sem que houvesse prejuízo da continuidade da discussão judicial referente ao período de setembro de 2002 a janeiro de 2004, cujo valor registrado como tributo com exigibilidade suspensa e depósito judicial totalizava R\$ 28.804, atualizados monetariamente. A Companhia passou a efetuar os pagamentos das apurações mensais a partir de abril de 2006.

A Lei nº 11.941/09, revogou o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que tratava do alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, fato que fortaleceu a tese questionada pela Companhia. A decisão do STF possibilitou a reversão da parcela do PIS e da COFINS referente ao alargamento da base de cálculo. Em 30 de junho de 2009, a Companhia reverteu a parcela correspondente a esse passivo com exigibilidade suspensa, no montante total de R\$ 12.401.

Portanto, os valores registrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 referem-se unicamente à parcela relativa à majoração da alíquota da COFINS em 1%, para a qual, em agosto de 2009, o STF julgou desfavoravelmente a tese defendida pela Companhia. A ação da Companhia em 31 de dezembro de 2013 ainda aguarda julgamento; porém, tendo em vista o julgamento da tese, terá desfecho desfavorável, quando os valores depositados judicialmente serão convertidos em renda da União.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores provisionados, bem como os depósitos judiciais, estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(b) COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo do tributo
A Companhia questiona judicialmente, desde 1993, a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, e no período de maio de 1993 a fevereiro de 1996 foram efetuados depósitos judiciais.

A partir de junho de 2008, a Companhia passou a valer-se do efeito suspensivo obtido em Medida Cautelar no STF para continuar excluindo o ICMS da base de cálculo da COFINS, entretanto, a partir daquela data, sem mais a necessidade de efetuar depósitos judiciais. Apesar disso, tais valores vêm sendo registrados como passivo com exigibilidade suspensa.

Em 31 de dezembro de 2013, o processo aguarda julgamento no STF, fazendo com que a Companhia mantenha os valores do passivo e dos depósitos judiciais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

(c) A Companhia ajuizou ação objetivando a exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ, tendo obtido liminar para tanto, posteriormente confirmada por sentença de primeira instância, o que veio a levar a exigibilidade de valores controversos. Recentemente, a Companhia obteve decisão favorável em segunda instância, em que o Supremo Tribunal Federal julgou a Lei nº 582/525 deste assunto em sede de repercussão geral de interesse dos contribuintes. Por isso, em 2013, efetuou a liquidação dos passivos anteriormente registrados utilizando-se dos critérios de IRPJ efetuada, que foram homologados administrativamente pela RFB.

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
PIS/COFINS.....	31.226	1.097
Depósitos judiciais.....	(31.226)	(1.097)
	-	-
COFINS - ICMS.....	111.391	8.159
Depósitos judiciais.....	(10.942)	(867)
	100.449	7.292
IRPJ - exclusão da CSLL da base de cálculo do IRPJ.....	10.498	742
	10.498	742
Outros.....	3.162	121
Total.....	114.109	8.155

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital integralizado em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 624.610, após aumento com a integralização do valor destinado como reserva de lucros de 2007, aprovado em 24 de abril de 2013, com a emissão de 38.880.147 novas ações, sendo 19.967.649 ações ordinárias e 18.912.498 ações preferenciais, incluídas as ações em tesouraria. A bonificação ocorreu na proporção de 10 ações para cada 100 ações novas em 24 de abril de 2013.

Em razão da bonificação ocorrida em 30 de abril de 2013 o número de total de ações passou a ser representado por 427.681.615 ações escriturais sem valor nominal, sendo 219.644.137 ordinárias e 208.037.478 preferenciais.

Com a alteração do estatuto social, o limite autorizado para aumento do capital social passou para 439.288.277 ações preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão acionistas, nos termos do artigo 172 da Lei nº 10.303/01.

O capital subscrito e integralizado apresenta a seguinte composição acionária:
Em 31 de dezembro de 2013:

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	147.133.071	66,99	41.571.897	19,98	188.704.968	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração.....	43.564.461	19,83	8.744.459	4,20	52.308.920	12,23
Demais acionistas.....	28.946.605	13,18	157.721.122	75,82	186.667.727	43,65
Total.....	219.644.137	100,00	208.037.478	100,00	427.681.615	100,00

	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controladores (Grupo Camargo Corrêa).....	133.757.338	66,99	37.792.634	19,98	171.549.972	44,12
Administradores:						
Conselho de Administração.....	39.560.580	19,81	7.948.700	4,20	47.509.280	12,22
Conselho Fiscal.....	24.200	0,01	222.200	0,12	246.400	0,06
Demais acionistas.....	26.334.370	13,19	143.161.446	75,70	169.495.816	43,60
Total.....	199.676.488	100,00	189.124.980	100,00	388.801.468	100,00

b) Plano de recompra de ações
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2013 foi deliberado o plano para recompra de até 10.483.762 ações preferenciais e até 7.251.107 ações ordinárias. A autorização vigorará pelo prazo máximo de 361 dias, teve início no dia 9 de dezembro de 2013 e terminará no dia 5 de dezembro de 2014. A Companhia não adquiriu ações preferenciais e nem ações ordinárias de sua própria emissão no último programa autorizado em 7 de dezembro de 2012, que compreendia o período de 10 de dezembro de 2011 a 6 de dezembro de 2013.

Mo exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a conta "Ações em tesouraria" registrou a seguinte movimentação:

	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012.....	5.602.542	7,64
Alienadas (*).....	1.206.007	7,80
Aquisições (*).....	(1.206.007)	(14,44)
Bonificação de ações.....	560.254	(0,69)
Saldo em 31 de dezembro de 2013.....	6.162.796	8,87

(*)Alienadas e aquisições no âmbito dos planos de outorga de opções de ações.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária e do estatuto. Em 2013 e 2012, o cálculo foi efetuado da seguinte forma:

	2013	2012
Lucro Líquido do exercício da controladora.....	310.011	279.983
Lucro Líquido do reserva para incentivos fiscais.....	(145.393)	(146.348)
Valor disponível para distribuição.....	164.618	133.635
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	41.155	33.409
Proposta da administração:		
Juros sobre o capital próprio.....	85.100	85.000
Dividendos.....	32.700	25.300
	117.800	110.300

Juros sobre o capital próprio distribuídos por ação

Ações ordinárias..... 0,19759 0,21706

Ações preferenciais..... 0,21736 0,23876

Dividendos distribuídos por ação

Ações ordinárias..... 0,07403 0,06300

Ações preferenciais..... 0,08143 0,06931

Em 14 de março de 2014, o Conselho de Administração aprovou "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 23 de abril de 2014, a proposta para pagamento de dividendos, no montante de R\$32.700, que, somados aos R\$85.100 de juros sobre capital próprio pagos durante 2013, correspondem a R\$117.800.

d) Ágio (deságio) na venda de ações em tesouraria

Refere-se ao ágio ou deságio gerado na venda de ações em tesouraria principalmente decorrente do exercício das opções dos planos de outorga descritos na nota explicativa nº 28.

e) Reserva para incentivos fiscais

A partir de 1º de janeiro de 2008, os incentivos fiscais passaram a ser registrados diretamente no resultado, sendo posteriormente, quando do encerramento das demonstrações financeiras anuais, constituídos como "Reserva de incentivos fiscais" no grupo "Reservas de lucros".

25. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS ECON

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O detalhe das características das opções de compra de ações em circulação, por plano, é apresentado a seguir:

Data da outorga	2012			
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2004.....	86.152	6	1,51	86.152
1º de julho de 2005.....	497.842	18	2,13	497.842
1º de julho de 2009.....	796.664	8	3,75	377.520
1º de julho de 2010.....	534.699	54	5,13	105.270
1º de julho de 2011.....	841.050	66	9,2	-
1º de julho de 2012.....	719.005	78	13,19	-
1º de julho de 2013.....	687.710	90	13,19	-
Total.....	4.163.122	50	1,51-13,19	1.066.784

Data da outorga	2012			
	Opções não exercidas no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Preço de exercício - R\$	Opções exercíveis no fim do exercício
1º de julho de 2004.....	86.152	18	1,43	86.152
1º de julho de 2005.....	1.075.980	30	2,02	1.075.980
1º de julho de 2008.....	423.500	8	5,53	239.580
1º de julho de 2009.....	922.262	20	3,54	188.760
1º de julho de 2010.....	613.470	66	5,14	-
1º de julho de 2011.....	875.446	78	9,20	-
1º de julho de 2012.....	837.100	90	13,19	-
Total.....	4.833.910	50	1,43-13,19	1.590.472

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Binomial". A despesa contábil registrada na conta de resultados atribuída aos planos de opção de compra de ações foi de R\$ 2.587 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 2.033 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2013 foi estimado em R\$ 7,29. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo "Hull-White" com um gatilho para exercício voluntário.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Valores expressos (R\$)
Preço da ação.....	14,62
Preço de exercício.....	13,19
Volatilidade esperada.....	37,5%
Dividendos esperados.....	2,0%
Taxa livre de risco (taxa nominal).....	8,0%
Taxa de rotatividade ("post-vesting").....	0%
Valor justo.....	7,29

Para fins contábeis, o valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação "Binomial". A despesa contábil registrada na conta de resultados atribuída aos planos de opção de compra de ações foi de R\$ 2.587 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, contra R\$ 2.033 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma probabilidade de alcance das condições de performance de 100% (para as outorgas 2006-2010) e uma taxa esperada de cancelamento das opções de 0%.

O valor justo, na data da outorga, das opções de compra de ações concedidas em 1º de julho de 2013 foi estimado em R\$ 7,29. As condições de performance não foram refletidas no valor justo pois são baseadas em indicadores de resultados internos. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica em um período de cinco anos anteriores à data da outorga e os exercícios antecipados foram refletidos utilizando-se um modelo de avaliação binomial do tipo "Hull-White" com um gatilho para exercício voluntário.

As principais hipóteses utilizadas no cálculo são apresentadas a seguir:

	Cenário I	Cenário II
Preço de exercício médio ponderado.....	5,80	5,80
Número de ações preferenciais do capital social.....	208.037.478	208.037.478
Número de ações preferenciais do capital social em circulação.....	201.874.681	201.874.681
Número de ações a serem adquiridas com exercício das opções.....	4.163.122	14.520.000
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções.....	4,25	4,35
Valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício das opções.....	4,26	4,05
Diluição do valor patrimonial por ação.....	0,09	0,30
Diluição percentual.....	2,00%	6,98%

29. BENEFÍCIOS E COLABORADORES

A Companhia e suas controladoras patrocinam dois planos de complementação de benefícios de aposentadoria, além de conceder, por intermédio de um plano próprio de aposentadoria, benefícios de renda vitalícia e assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges. O plano de aposentadoria, reconhecido em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 914 (R\$886 em 31 de dezembro de 2012).

Os planos de complementação de benefícios estão representados por:

a) **Planos de Previdência Alaprev**
Implantado em maio de 1991 e estruturado na modalidade de "benefício definido", em agosto de 2000, foi criado o plano "Super Previ", estruturado na modalidade de "contribuição definida", para o qual já migraram funcionários equivalentes a 99% das reservas necessárias.

b) **Plano de Benefícios da São Paulo Alparagatas - HSBC**
Destinado a um grupo fechado de ex-funcionários da Companhia, utilizando um fundo multipatrocinado de previdência complementar como veículo financeiro. Esse plano abrange apenas participantes em fase de recebimento de benefícios de aposentadoria e pensão por morte.

Em 7 de março de 2013 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Privada (PREVIC) a incorporação do Plano de Benefícios da São Paulo Alparagatas pelo Plano de Previdência Alaprev, sendo que o resultado deste plano passou a ser reportado juntamente com o Plano de Previdência Alaprev.

c) **Plano informal de aposentadoria para ex-funcionários**
A Companhia patrocina um plano próprio de aposentadoria para ex-funcionários, o qual concede o benefício de uma renda vitalícia aos participantes, extensiva ao cônjuge nos casos de falecimento.

Atualmente, abrange seis participantes, sendo cinco ex-funcionários recebendo uma renda de aposentadoria e um pensionista recebendo renda de pensão por morte.

d) **Plano de assistência médica a aposentados**
A Companhia mantém um plano de assistência médica para um grupo determinado de ex-funcionários e seus respectivos cônjuges, conforme regras por ela estipuladas. Os valores atuariais estão destacados a seguir:

	2013				
	Plano de Previdência Alaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior.....	38.198	566	-	796	39.834
Custo do serviço.....	850	-	20	62	850
Custo dos juros.....	2.972	-	274	696	3.742
Fluxo de caixa - benefício pago.....	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrencia.....	566	(566)	-	-	-
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas.....	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano.....	996	-	(83)	111	1.024
Obrigação de benefício definido no final do ano.....	32.402	-	162	753	33.317
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Juros sobre o valor justo do plano no final do ano anterior.....	43.033	4.247	-	-	47.280
Juros sobre o valor justo do ativo do plano.....	3.681	-	-	-	3.681
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa.....	(3.511)	-	22	56	(3.433)
Fluxos de caixa - benefício pago.....	(2.443)	-	(22)	(56)	(2.521)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrencia.....	4.247	(4.247)	-	-	-
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo).....	(3.808)	-	-	-	(3.808)
Valor justo do ativo do plano no final do ano.....	41.199	-	-	-	41.199
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior.....	740	83	-	-	823
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso.....	66	-	-	-	66
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso).....	7.908	-	-	-	7.908
Efeito da mudança de taxa de câmbio.....	83	(83)	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano.....	8.797	-	-	-	8.797
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido.....	32.402	-	162	753	33.317
Valor justo do ativo do plano.....	(41.199)	-	-	-	(41.199)
Situação financeira do plano.....	(8.797)	-	162	753	(7.882)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso.....	8.797	-	-	-	8.797
Passivo/(Ativo) líquido.....	(4.095)	(3.598)	162	753	915
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço.....	850	-	-	-	850
Custo líquido dos juros.....	(643)	-	20	62	(561)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa.....	207	-	20	62	289
Efeito da alteração de premissas financeiras.....	(8.737)	-	(27)	(160)	(8.924)
Efeito da experiência do plano.....	996	-	(83)	111	1.024
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo).....	3.808	-	-	-	3.808
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso).....	7.908	-	-	-	7.908
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI").....	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes.....	4.182	-	(90)	13	4.105
F. Reconciliação do valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido					
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior.....	(4.095)	(3.598)	20	796	(6.623)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa.....	207	-	20	62	289
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes.....	3.975	-	(110)	(49)	3.816
Transferência líquida entrada/saída (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação).....	(3.598)	3.598	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa.....	3.511	-	(22)	(56)	3.433
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano.....	-	-	162	753	915
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados.....	8.111	-	-	-	8.111
Aposentados e pensionistas.....	24.291	-	162	753	25.206
Total.....	32.402	-	162	753	33.317
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.).....	1.914	-	-	-	1.914
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo).....	28.463	-	-	-	28.463
Outros.....	2.025	-	-	-	2.025
Total.....	32.402	-	-	-	32.402

	2012				
	Plano de Previdência Alaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais					
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior.....	29.877	497	1.312	1.305	32.991
Custo do serviço.....	575	-	(1.163)	(551)	(1.139)
Custo dos juros.....	2.949	48	121	122	3.240
Fluxo de caixa - benefício pago.....	(2.107)	(80)	(289)	(124)	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrencia.....	6.456	60	97	99	6.363
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas.....	1.146	41	196	(55)	1.328
Obrigação de benefício definido no final do ano.....	38.198	566	274	796	39.834
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano					
Juros sobre o valor justo do plano no final do ano anterior.....	38.913	3.802	-	-	42.715
Juros sobre o valor justo do ativo do plano.....	3.884	390	-	-	4.274
Fluxos de caixa - contribuição paga pela empresa.....	788	-	289	124	1.201
Fluxos de caixa - benefício pago.....	(2.456)	(80)	(289)	(124)	(2.949)
Aumento/(redução) decorrente de fusão/alienação/transfêrencia.....	4.247	-	-	-	4.247
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo).....	1.904	135	-	-	2.039
Valor justo do ativo do plano no final do ano.....	43.303	4.247	-	-	47.550
C. Reconciliação do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso					
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano anterior.....	6.215	142	-	-	6.357
Juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso.....	643	15	-	-	658
Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso (deduzido dos juros do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso).....	(6.118)	(74)	-	-	(6.192)
Efeito da mudança de taxa de câmbio.....	-	-	-	-	-
Limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano.....	740	83	-	-	823
D. Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa					
Obrigação de benefício definido.....	38.198	566	274	796	39.834
Valor justo do ativo do plano.....	(43.033)	(4.247)	-	-	(47.280)
Situação financeira do plano.....	(4.835)	(3.681)	274	796	(7.446)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso.....	740	83	-	-	823
Passivo/(Ativo) líquido.....	(4.095)	(3.598)	162	796	(6.623)
E. Componentes do custo/(receita) de benefício definido					
Custo do serviço.....	575	-	(1.163)	(551)	(1.139)
Custo líquido dos juros.....	(292)	(327)	121	122	(376)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa.....	283	(327)	(1.092)	(429)	(1.515)
Efeito da alteração de premissas financeiras.....	6.107	60	97	99	6.363
Efeito da experiência do plano.....	1.146	41	(196)	(55)	1.328
Rendimento do valor justo do ativo do plano (deduzidos dos juros sobre o valor justo do ativo).....	(1.904)	(135)	-	-	(2.039)
Resultado do limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso no final do ano (deduzido dos juros sobre o limite máximo de reconhecimento de ativo/passivo oneroso).....	(6.118)	(74)	-	-	(6.192)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI").....	(769)	(108)	293	(44)	(540)
Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes.....	(486)	(435)	(749)	(385)	(2.055)

	Plano de Previdência Alaprev (*)	Plano de Benefícios HSBC (*)	Plano Informal Aposentadoria	Plano Assistência Médica	Total
F. Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano anterior.....	(2.821)	(3.163)	1.312	1.305	(3.367)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa.....	283	(327)	(1.042)	(429)	(1.515)
Resultado da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes.....	(769)	(108)	293	44	(540)
Transferência líquida entrada/saída (incluindo o efeito de qualquer fusão/alienação).....	(3.598)	3.598	-	-	-
Fluxo de caixa - contribuição paga pela empresa.....	3.511	-	(289)	(124)	(1.201)
Valor líquido do passivo/(ativo) de benefício definido no final do ano.....	(4.095)	(3.598)	274	796	(6.623)
G. Segregação da obrigação de benefício definido					
Ativos e auto patrocinados.....	8.111	-	-	-	8.111
Aposentados e pensionistas.....	24.291	162	753	796	30.885
Total.....	38.198	566	274	796	39.834
H. Valor justo do ativo					
Instrumentos de patrimônio (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.).....	5.234	78	-	-	5.312
Fundos de investimento (segregados por tipo de fundo).....	30.804	456	-	-	31.260
Outros.....	2.160	32	-	-	2.192
Total.....	38.198	566			

